



**III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FRENTE PARLAMENTAR PELA PRIMEIRA
INFÂNCIA – CONGRESSO NACIONAL DO BRASIL
VI REUNIÃO DA REDE HEMISFÉRICA DE PARLAMENTARES E EX-
PARLAMENTARES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA
Marco Legal para as políticas públicas sobre a primeira infância**

**RECOMENDAÇÕES AO PODER EXECUTIVO BRASILEIRO
E DE OUTROS PAÍSES DA REGIÃO APROVADAS
ANEXO DO PLANO DE TRABALHO da Rede Hemisférica 2015 - 2016
Brasília, Brasil, 2 de julho de 2015**

O Terceiro Seminário Internacional da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e da Comissão de Seguridade Social e Família do Congresso Nacional do Brasil e a VI Reunião Internacional da Rede Hemisférica de Parlamentares e ex Parlamentares pela Primeira Infância, se realizou na Câmara de Deputados do Brasil, de 30 de junho a 2 de julho de 2015.

O evento teve como finalidade revisar os avanços e desafios na construção do Marco Legal para as políticas públicas da primeira infância, garantindo sustentabilidade, refletindo congruência com as novas descobertas científicas e cumprindo com o dever de garantir os direitos para todas

as crianças de 0-6 anos do Brasil e de todo o continente. Contou com participação política, técnica e acadêmica de representantes de Ministros, diretores nacionais, estatais, locais, senadores, deputados, empresários e representantes da sociedade civil da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Estados Unidos, México e Peru. Participaram também representantes de organismos e instituições internacionais do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN/OEA); Organização Panamericana para a Saúde (OPS); e UNICEF Brasil.

A atividade foi realizada pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, e a Rede Hemisférica de Parlamentares e ex Parlamentares pela Primeira Infância, com apoio do Governo Federal, Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal do Brasil, United Way, Banco Mundial do Brasil e Fundações Maria Cecília Souto Vidigal do Brasil e Bernard van Leer da Holanda.

Entre os resultados mais importantes dos três dias de trabalho; além de ratificar o consenso científico-neurológico, jurídico, psicológico, social e pedagógico que fundamenta a obrigação de desenvolver marcos científicos em toda legislação e políticas de primeira infância dos países; se gerou um intercâmbio proveitoso de experiências, opiniões e análises dos processos legislativos que vêm se desenvolvendo em cada país e na região como um todo.

Um dos compromissos assumidos pelos organizadores do evento foi de, a partir das apresentações e do diálogo desenvolvido durante a jornada, ter um Comitê de relatoria para preparar recomendações para serem transmitidas ao Poder Executivo Brasileiro e de outros países da região. Estas recomendações são apresentadas neste texto.

As recomendações foram socializadas pelo Deputado Osmar Terra, em nome da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e da Comissão de Seguridade Social e Família do Congresso Nacional do Brasil; e pelo Doutor Enrique Kú Herrera, como Secretário Executivo da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex parlamentares pela Primeira Infância. Os delegados de países, empresas e organismos participantes aprovaram a proposta indicando sugestões que já foram incorporadas, até 13 de setembro de 2015.

Os que participaram e os organizadores do evento entregam às autoridades e instituições de governo nacionais e organismos e instituições internacionais, legisladores, empresários, sociedade civil e estudantes, um aporte com solicitação de que as propostas sejam implementadas.

Os legisladores, reunidos em Brasília, Brasil entre 30 de junho e 2 de julho de 2015, após três dias de trabalho, recomendam aos Poderes Executivos:

1. Reconhecer, valorizar e considerar, por parte dos Executivos Nacionais, as Redes Nacionais de Legisladores e ex Legisladores pela Primeira Infância criadas ou em processo de formação, identificando-as como espaços de consulta política e discussão privilegiada sobre a primeira infância.
2. Promover - em cada um dos países da região - a total adequação legislativa sobre a primeira infância aos conteúdos e princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Doutrina de Proteção Integral.
3. Revisar, precisar e consolidar o marco legal das políticas de atenção, educação e proteção da criança, particularmente, da primeira infância.
4. Promover leis complementares e implementar políticas públicas que promovam e garantam a redução de todo tipo de violência sobre as crianças no âmbito familiar e institucional, comercial, publicitário; a adequação da vida familiar e profissional e a solução das problemáticas sanitárias tais como desnutrição, anemia e obesidade; a ampla co-paternidade responsável, entre outras.
5. Gerar iniciativas nacionais, subnacionais e locais que promovam o “bom tratamento” e a “disciplina positiva” que garantam o Direito a que as crianças cresçam livres de todo tipo de violência.
6. Estimular – em conjunto com as Leis nacionais - normas jurídicas que envolvam os Estados subnacionais, governos locais e municipais, buscando que a reforma normativa alcance todos os níveis de governo, homogenizando o marco jurídico e facilitando a aplicação das políticas públicas integrais e descentralizadas com prioridade para as populações mais vulneráveis, indígenas, amazônicas, afroamericanas e com deficiências, entre outras.
7. Garantir a correspondente assinatura como pressupostos por parte dos Executivos nacionais, subnacionais e locais para responder à implementação das políticas de acordo com as Leis de atenção, educação e proteção integral de direitos da criança.
8. Garantir a sustentabilidade e intangibilidade dos recursos destinados à aplicação das novas normas de primeira infância com prioridade às áreas mais vulneráveis.

9. Reconhecer que as políticas de inclusão e de garantia prioritária dos direitos da infância são políticas redistributivas, o que implica destinar recursos específicos e que isto só pode se alcançar a partir da implementação de políticas fiscais que dêem suporte à decisão política.
10. Promover a forte articulação do uso dos recursos já existentes nos pressupostos estatais, com objetivo de melhorar sua capacidade de Gestão e ampliar a cobertura com equidade e qualidade dos serviços destinados à primeira infância.
11. Promover a integração ativa de todos os atores vinculados à primeira infância, em todos os níveis do Estado e de todas as representações setoriais, reconhecendo na intersetorialidade, com uma só concepção de primeira infância, uma das chaves para garantir o êxito das políticas aplicadas. Somar aos atores de governo alianças com empresários, fundações, sociedade civil para fortalecer os resultados.
12. Estabelecer, financiar e oficializar mecanismos e estratégias de formação, capacitação e especialização permanente e com perspectiva de direitos, dos recursos humanos responsáveis pela educação, cuidado e proteção da primeira infância: os grupos familiares e as comunidades.
13. Gerar mecanismos de produção de informação estatística, diagnóstica, investigações, sistematização de práticas e resultados e difusão dos mesmos nos organismos responsáveis pela execução das políticas;
14. Reconhecer a diversidade de modelos de intervenção que se desenvolvem em todos os países, recuperando e respeitando a diversidade, os valores e as experiências que estas aportam; intervindo ativa e responsabilmente para garantir os níveis de qualidade com equidade e cobertura adequados à normativa da educação e proteção integral.
15. Reconhecer que todas as políticas integradas para primeira infância devem ter como denominador comum a tomada de posição sobre uma concepção do desenvolvimento da infância que contemple a integralidade. Com vontade política é possível assumir e implementar políticas integradas.

Anexo: *Power Points* e resumos das apresentações.

Comitê de relatoria:

Adrián Rozengard, Diretor Nacional de Gestão do Desenvolvimento Infantil do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina.

Victor Giorgi, Diretor Geral do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN/OEA).

Enrique Kú Herrera, Secretário Executivo da Rede Hemisférica de Parlamentares e Exparlamentares pela Primeira Infância - México.

Carolina Aluisino, Coordenadora do Programa de Proteção Social do CIPEC, Argentina.

Tamara Piñeiro, Consultora Internacional de Nutrição, Cuba.

Ivânia Ghesti-Galvão, Secretária Parlamentar da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, Câmara dos Deputados do Brasil.

Gaby Fujimoto, Secretária Técnica e de Relações Internacionais da Rede Hemisférica de Parlamentares e Exparlamentares pela Primeira Infância, EUA (Coordenadora).

Tradução espanhol-português:

Ivânia Ghesti-Galvão

TERCEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA & SEXTA REUNIÃO INTERNACIONAL DA REDE HEMISFÉRICA DE PARLAMENTARES E EX PARLAMENTARES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

30 de junho, 1 e 2 de julho de 2015

Auditório Nereu Ramos - Câmara de Deputados

“Marco Legal para as políticas públicas sobre a primeira infância”

Anexo materiais de conferências e mesas redondas

1. **Mesa Redonda: Novos Avanços na Legislação sobre a Primeira Infância:**
 - Deputada Carmen Zanotto e Vital Didonet: Novos avanços no Marco Legal; Projeto de Lei da Primeira Infância do Brasil (PL 6.998/2013 – PLC 014/2015).
 - Víctor Giorgi, IIN/OEA, Uruguai. Avanços e perspectivas no marco do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente.
 - Helia Molina, Chile. Avanços da legislação do Chile: “Chile Cresce Contigo”.

2. **Conferência: A estratégia dos 1000 primeiros dias de vida**
 - Dr. Cesar Victora, Brasil. (Ex-Presidente da Sociedade Internacional de Epidemiología).

3. **Mesa-redonda: Bases científicas do Projeto de Lei da Primeira Infância**
 - Jaderson Costa, Brasil. A influência do meio ambiente na arquitetura cerebral.
 - Gary Barker, Estados Unidos. Estado da licença paternidade no mundo.
 - Marco Aurélio Martins, Brasil: Paternidade e cuidado; estratégias para agregar os homens no cuidado dos filhos.
 - Daniel Domingues dos Santos, Brasil. Impacto do desenvolvimento infantil na aprendizagem.

4. **Mesa Redonda: Política Integrada para a Primeira Infância - o desafio da intersetorialidade**
 - Miriam Díaz Gonzáles, Cuba. Políticas integradas para a Primeira Infância - o desafio da intersetorialidade.
 - Diana Sepúlveda Herrera, Colômbia. Projeto de Lei de Zero a Sempre.

- Paulo Bonilha – Ministério de Saúde, Brasil. Programa de estímulo ao desenvolvimento integral da primeira infância do Brasil.

- Tiago Falcão - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome/MDS.

5. Mesa Redonda: Integração e Descentralização – como a Política da Primeira Infância chega a seu destino?

- Angélica Goulart, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Presidente do Conselho Nacional de Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA), Brasil.

- Deputada Maria del Carmen Bianchi. Argentina. Política Federal de Cuidado para a Primeira Infância.

- Deputadas Lucila Estela Hernández e Susana Hurtado, México. Lei Geral de Direitos das Crianças e Adolescentes do México, aprovada no dezembro de 2014.

6. Mesa Redonda: Participação social, Responsabilidade social empresarial e meios de comunicação social: contribuições com e para a Primeira Infância.

- Silvia Lara, AED, Costa Rica. Responsabilidade da empresa com a sociedade.

- Diana Sepúlveda Herrera, Êxito, Colômbia.

- Paula Fabiani, IDIS, Brasil.

- Eduardo Queiroz, FMCSV, Brasil. Apresentação EQ Brasília.

- Daniel Frank, Ready Nation, USA. Business Champions for Early Childhood: Supporting the Workforce of Today and Tomorrow.

7. Mesa Redonda: Boas Práticas para garantir o enfoque de direitos nas políticas públicas de infância - implementação, avaliação pelas famílias, profissionalização dos agentes

- Carolina Bezerra, Brasil. Cresça com seu filho.

- Leila Almeida, Brasil. Primeira Infância Melhor.

- Silvia Zanotti Magalhães. Experiências de United Way Brasil.

8. Apresentação da nova versão da Enciclopédia da Primeira Infância. Lançamento do Site do Marco Legal da Primeira Infância. Apresentação do projeto de publicação da Série Cadernos e Debates da Câmara de Deputados: “Avanços do Marco Legal da Primeira Infância”.

- Alessandra Schneider, Conselho Nacional de Secretários de Saúde
- Ivânia Ghesti-Galvão. Frente Parlamentar da Primeira Infância.
- Gustavo Amora. Amora Colaborativa e Fundação Bernard van Leer.

9. **Mesa Redonda: Desafios e estratégias de trabalho para enfrentar a desnutrição, anemia, obesidade, paternidade co-responsável, inequidade, maus-tratos e violência contra a infância.**

- Miguel Malo, OPS, Peru.
- Regino Piñeiro, Cuba.
- Cristina Albuquerque, UNICEF/Brasil.
- Aldeny Rezende, Equidade com deficientes auditivos, ADHARA Brasil.

10. **Recomendações para o Executivo Brasileiro e de outros países.**

Deputados Osmar Terra, Dr. Enrique Kú Herrera.

ANEXO DOCUMENTO COM APORTES DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

11. Revisão, avaliação e programação de atividades de Plano de Trabalho 2016 – 2017 da Rede Hemisférica de Legisladores e ex-Legisladores pela Primeira Infância.